

## Metamorfose a toque de caixa EXTENSÃO E RAPIDEZ DA ASSOMBROSA CONVERSÃO DO PT

*Rogério L. Furquim Werneck\**

Mesmo observadores atentos do quadro político não podem evitar uma sensação de assombro diante da vertiginosa rapidez com que o PT conseguiu mudar seu discurso econômico, adotando com grande sucesso postura radicalmente distinta da que vinha assumindo ainda há poucos meses. As reais proporções dessa mudança só podem ser percebidas quando se tem em conta o que vinha sendo defendido pelo PT há menos de dois anos. No final de 2000, o partido havia transformado em carro-chefe da campanha das eleições municipais um despropositado plebiscito que indagava à população se o setor público deveria realmente pagar as suas dívidas interna e externa. É importante lembrar que não se tratava de desatino que pudesse ser atribuído a alas radicais ou ao baixo clero do partido. Muito pelo contrário. A consulta popular contava com o apoio explícito e determinado da elite dirigente do PT. O deputado José Dirceu, atual presidente do partido, chegou a apresentar projeto de decreto legislativo oficializando o plebiscito. E cada um dos economistas mais proeminentes e supostamente menos radicais do PT havia tomado o cuidado de publicar artigo assinado na imprensa dando respaldo pessoal ao plebiscito.

Na época, o partido havia também entrado com uma ação direta de inconstitucionalidade no Supremo Tribunal Federal contra a fixação de limites para despesas com pessoal pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Mas o que talvez seja mais emblemático da postura do PT quanto a questões fiscais no final de 2000 é um memorável debate travado durante depoimento do ministro da Fazenda na Comissão de Orçamento do Congresso, em outubro daquele ano. Na discussão sobre a proposta orçamentária do Executivo, o ministro foi acusado aos brados pelo então líder do PT na Câmara, deputado Aluísio Mercadante, de estar priorizando o ajuste fiscal e se comportando como o melhor aluno do FMI.

Desde então o discurso do PT mudou da água para o vinho. Foi uma mudança extremamente rápida, sobretudo porque a maior parte da conversão só ocorreu de fato nos últimos meses. Em meados de 2001, há pouco mais de um ano portanto, Guido Mantega, um dos economistas menos radicais do PT, ainda argüia na imprensa que a meta de superávit primário de 3% do PIB era “exagerada e suicida” e denunciava o governo por ter posto em primeiro plano a garantia do pagamento aos credores. Na mesma época, Mercadante ainda criticava na imprensa o esforço de elevação do superávit primário como evidência de “uma atitude submissa e passiva em face das políticas do FMI”. E, em outro artigo, afirmava que “se tivéssemos um governo minimamente sério, não seria negociado mais um acordo com o FMI até as eleições para agravar ainda mais a estreita margem de manobra de um futuro governo no Brasil”.

Ao longo do primeiro semestre deste ano, o avanço do processo de conversão do PT parece ter sido difícil e penoso. No início de junho, afloraram na imprensa evidências de que a mudança de discurso vinha encontrando sérias resistências dentro do partido. Entretanto, com Lula firmando-se como favorito da eleição presidencial e com os indicadores de confiança na economia brasileira em rápida deterioração, o PT viu-se crescentemente pressionado a ser

mais claro sobre seu programa econômico. Afinal, há cerca de três meses, após intensas negociações internas, o partido divulgou um documento assinado pelo próprio Lula, intitulado *Carta ao Povo Brasileiro*, que declaradamente representava o máximo de concessão que fora possível extrair do partido. “Mais do que isso não vão ter”, desabafou o economista Ricardo Carneiro na imprensa, advertindo que “se pensam que vão forçar Lula a recuar em suas propostas, não vão conseguir”. As declarações de Mantega foram na mesma linha. “O que mais querem? Está tudo ali, de forma clara, sem nenhuma ambigüidade”. E de fato ali estava pelo menos uma declaração de intenções absolutamente essencial: “vamos preservar o superávit primário o quanto for necessário para impedir que a dívida interna aumente e destrua a confiança na capacidade do governo honrar seus compromissos”. Um grande e louvável avanço em relação ao primarismo irresponsável que vinha marcando as posições do partido nessa área.

O governo tiraria bom proveito desse avanço em agosto, quando conseguiu extrair de Lula e dos demais candidatos a presidente um mínimo de compromisso com o esforço fiscal previsto no novo acordo com o FMI. A iniciativa de concertação foi fundamental para ganhar tempo, reduzir a turbulência financeira durante a travessia da campanha eleitoral e oferecer ao País um horizonte de menos incerteza no próximo mandato presidencial.

Contudo, como mostra o recente recrudescimento da turbulência nos mercados financeiros, os efeitos tranquilizadores da concertação de agosto podem simplesmente desaparecer se o PT não conseguir lidar com sucesso com a desconfiança de que a sua mudança de discurso pode não ser para valer. Por um lado, teme-se que, mesmo entre a elite dirigente do partido, o novo discurso tenha sido adotado a contragosto e que a correção tenha sido excessivamente brusca para tornar crível a idéia de que houve real mudança de convicção. Por outro, teme-se que mudança tão drástica de discurso tenha sido feita ao arrepio das efetivas convicções da grande maioria do partido. E que as resistências tenham sido apenas momentaneamente reprimidas pela percepção, que perpassa todas as facções do PT, de que, acertada ou não, a mudança de discurso vem sendo fundamental para o sucesso de Lula na campanha eleitoral. Inclusive porque acabou permitindo ao PT obter do próprio governo um reconhecimento da sinceridade do novo discurso. Uma vez assegurada a vitória, no entanto, essa argamassa de interesse comum que vem impedindo a dissensão dentro do partido desapareceria. E o PT teria grande dificuldade para transformar o novo discurso em base da sua efetiva ação econômica.

Quanto de si mesmo terá o PT deixado cair pelo caminho, ao decidir dar uma guinada tão brusca no seu discurso? Não ficará o partido tentado a voltar atrás para recolher pedaços das suas velhas convicções?

---

\* Professor do Departamento de Economia da PUC-Rio.